

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

ECOS COLONIAIS

Compreendendo a formação social brasileira sob a ótica de Clóvis Moura

Questão social e questão étnico-racial

Davi Machado Perez, (UFOP)¹

E-mail: davi.perez@ufop.edu.br

Ana Cristina Gonzaga Magalhães², (UFOP)

E-mail: anacgm@gmail.com

Tamires Assunção Fernandes³, (UFOP)

E-mail: tamiresfernandes017@gmail.com

RESUMO

Este estudo, fruto de pesquisa de Iniciação Científica (UFOP, 2023-2024), analisa a contribuição de Clóvis Moura para entender a formação brasileira, destacando as categorias *escravismo pleno* e *tardio*. Rompendo com visões externas, Moura revela como o capitalismo preservou estruturas escravistas, exigindo análises que partam das particularidades nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Clóvis Moura. Formação Sócio-Histórica Brasileira. Escravismo. Racismo.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

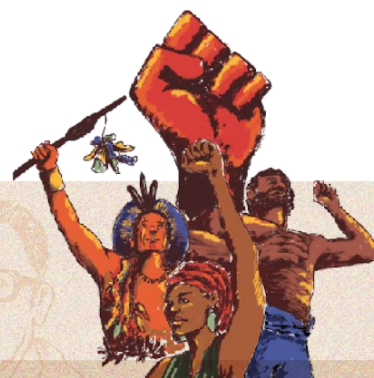
Este trabalho resulta de uma pesquisa de Iniciação Científica (PIP-UFOP, 2023–2024) que busca evidenciar a significativa contribuição de Clóvis Moura (1925–2003) para a compreensão da formação social brasileira. Sociólogo, jornalista, historiador e poeta, Moura revolucionou os estudos sobre a escravidão ao incorporar uma perspectiva marxista centrada na resistência negra, desafiando interpretações tradicionais que desconsideravam aspectos estruturais da sociedade brasileira. Destacam-se, nesse sentido, as categorias de escravismo pleno e escravismo tardio, por meio das quais o autor demonstra como a questão racial foi central na construção do país, especialmente na transição do escravismo para o capitalismo dependente.

A pesquisa, de natureza bibliográfica e qualitativa, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético para analisar a singularidade dessa transição, marcada pela permanência de estruturas escravistas sob novas formas. Considerando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), ressalta-se a necessidade de compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil e suas múltiplas expressões de desigualdade — sociais, de classe, de gênero e étnico-raciais — como elementos centrais na formação profissional.

¹ Assistente Social, Professor no Departamento de Serviço Social da UFOP

² Assistente Social formada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

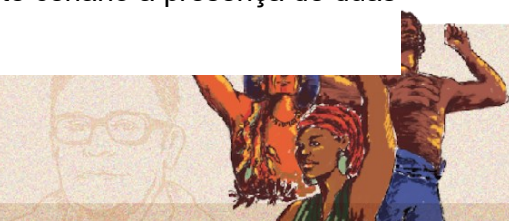
RESULTADOS

Considerando que a “questão social”, objeto de intervenção do Serviço Social, resulta da contradição viva entre capital e trabalho que opera como motor da sociedade capitalista, as diretrizes curriculares da ABEPSS apontam a importância de desvendar suas peculiaridades no contexto da formação sócio-histórica brasileira, relacionando a processualidade histórica da “questão social” e suas multifacetadas expressões com o entendimento das características universais da sociedade capitalista e suas particularidades expressas na realidade brasileira. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira (ABEPSS, 1996).

As categorias ontológicas do ser social, situadas como totalidade histórica na emergência e desenvolvimento da sociedade burguesa, perpassam as particularidades da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional das/dos assistentes sociais. Dessa maneira, se em Gilberto Freyre observamos um dos principais teóricos do século XX que apontaram o caráter benevolente da escravidão como um processo basicamente harmonioso e quase ausente de conflitos entre senhores e escravos, em Clóvis Moura – convergindo em muitos sentidos com Florestan Fernandes e Octávio Ianni - tem-se a negação da tese freyreana e a afirmação contundente da extrema violência praticada pelo regime de produção escravista sobre os negros.

O pensamento moureano sobretudo em “Dialética Radical do Brasil Negro” toma como base as especificidades do contexto histórico brasileiro partindo de sua totalidade, mas identificando as complexidades que abarcam seu funcionamento. Neste sentido, uma das características depreendidas pelo autor foi a periodização do período escravocrata brasileiro, subdividindo-o em dois estágios, denominados de escravismo pleno (1550 - 1850) e tardio (1851 - 1888). Esta periodização tem como intuito delimitar modificações importantes, que resultaram principalmente nas diversificações regionais. Por meio destes marcos delimitadores é possível identificar o princípio, o ápice e a decadência do que foi o modo de produção escravista no território brasileiro, como também suas dinâmicas próprias, trazendo ao debate os elementos constitutivos da nossa formação social.

O escravismo pleno localiza-se no primeiro estágio da colonização portuguesa ao qual se inicia em 1500 e perdura até 1850, com a implementação da lei Eusébio de Queiroz. A escravidão nesta primeira fase instaura-se de maneira ampla e plena, observa-se neste cenário a presença de duas classes fundamentais: senhores e escravos.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Moura ressalta que a classe escrava diferenciava-se ocupacionalmente, por conta disso, havia condutas divergentes entre os escravizados como também em relação à classe senhorial. A contradição existente entre senhores e escravizados era o que impulsionava toda a dinâmica social, entretanto, existiam também aqueles grupos e segmentos estáticos localizados nesta contradição. No entanto, estes desempenhavam um posicionamento neutro e não interferiram nesta dinâmica, assumindo muitas vezes um papel adaptativo frente à realidade imposta.

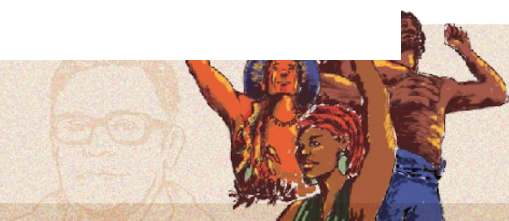
O conflito é a força motora defendida pelo pensamento moureano; por outro lado, o autor afirma que atualmente emerge uma tendência de caráter neoliberal que subestima a qualidade do conflito. Nela, busca-se dar mérito à acomodação que se materializaram no esforço dos escravizados na busca por “um pacto, um acordo implícito e negociado no qual as contradições eram assimiladas e substituídas pela convivência, se não harmônica pelo menos estável e consensual” (Moura, 2020, p. 33).

Nesta perspectiva, as revoltas e atitudes divergentes realizadas pelos escravizados são entendidas como medidas que iriam ao encontro da busca de negociações e não na reivindicação da restauração de sua condição de humano. Esta visão neoliberal entende, portanto, que o escravizado não possuía uma interioridade humana que se manifestava por meio das revoltas; para eles, o escravizado almejava a acomodação, e nesta ótica o escravismo se estabilizou no que seria a essência do sistema.

Contudo, Clóvis Moura é enfático e defende que o movimento do sistema escravista, bem como a sua superação, perpassou pelo conflito entre as classes que o compunham, pois, se a acomodação fosse o exercício preponderante daquele sistema, dificilmente ele entraria em crise. Moura não descarta os fatores externos que contribuíram para a derrocada do escravismo; no entanto, ressalta a importância do confronto como precursor no movimento da história, e salienta:

O sociólogo ou historiador, ao procurar as causas da dinâmica social de um modo de produção e os mecanismos que o fizeram ser substituídos por outro, deve procurar nas contradições e nos conflitos as causas geradoras dessa dinâmica, e não nas áreas neutras e estáticas de conciliação existentes no sistema” (MOURA, 2020, p. 37).

Os historiadores e sociólogos, ao tomarem a filosofia neoliberal que tem como base a concepção de acomodação, estariam promovendo a leitura de que inexistiu permanentemente um obstáculo social e étnico contra os escravizados, até mesmo depois de libertos. Uma problemática destacada pelo autor é a insistente utilização da bibliografia europeia para explicar processos nacionais, quando se deveria estar construindo perspectivas próprias de acordo com as particularidades vivenciadas no território.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

A transição para o escravismo tardio, no entanto, expôs um paradoxo fundamental: a "modernização conservadora". Avanços tecnológicos foram incorporados, mas sem romper com as estruturas de dominação. As mesmas ferrovias que transportavam café levavam tropas para reprimir quilombos; os telégrafos que conectavam o país serviam à vigilância e à repressão. Leis como a Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas de 1850, criaram uma ilusão de progresso, enquanto consolidavam mecanismos de exclusão racial — perpetuando a lógica escravista sob novas formas. Moura demonstra que o sistema possui uma capacidade singular de assimilar contradições sem abrir mão de sua essência exploratória. Essa característica não é um resquício do passado: ela permanece ativa hoje. Grandes corporações que se apropriam da estética e dos símbolos da cultura negra são, frequentemente, as mesmas que precarizam o trabalho por meio da terceirização — atualizando, na lógica neoliberal, o mesmo padrão de superexploração.

O Estado, por sua vez, desempenha um papel central na manutenção dessa ordem. Enquanto políticas compensatórias tentam mitigar desigualdades históricas, reformas estruturais — como a redistribuição de terras e da riqueza — são sistematicamente negadas. Como aponta Moura, a abolição sem acesso à terra foi o primeiro passo na marginalização sistemática da população negra. Historicamente, a burguesia brasileira soube conciliar modernização com a preservação de privilégios raciais e de classe. No passado, usou a infraestrutura para perseguir quilombolas; hoje, disfarça o racismo estrutural sob o discurso de inclusão. A apropriação de expressões culturais negras — do samba ao futebol, dos terreiros aos blocos afro — exemplifica o movimento identificado por Moura: o sistema absorve a cultura dos oprimidos para esvaziar seu potencial revolucionário. O desafio, portanto, segue atual. Não basta ocupar espaços em um capitalismo racializado; é preciso subverter a lógica que, desde 1550, transforma vidas negras em instrumentos de acumulação. Mais do que resistir, é fundamental demolir as estruturas que continuam convertendo corpos negros em mercadoria — ontem nos porões dos navios negreiros, hoje nas filas do desemprego e nas celas superlotadas do encarceramento em massa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a obra de Clóvis Moura desvela como a transição do escravismo para o capitalismo dependente no Brasil consolidou uma estrutura de exclusão racial, relegando a população negra à marginalidade no processo de formação socioeconômica do país. Como enfatiza o autor, "as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva" (Moura, 2020, p. 149).



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

A distinção entre escravismo pleno e escravismo tardio em sua análise expõe as continuidades históricas que perpetuam a opressão, demonstrando que a abolição não representou inclusão, mas a readequação de sistemas de opressão e práticas de dominação. Moura desmantela a farsa da democracia racial ao revelar a continuidade das estruturas de dominação secularmente constituídas, que reproduzem desigualdades ao legitimá-las sob o discurso enganoso do mérito individual.

O racismo, em sua perspectiva, não é um resquício do passado, mas um mecanismo estrutural do capitalismo brasileiro – um pilar ideológico que articula exploração de classe e subjugação racial para preservar a ordem vigente. A superação desse sistema exige ruptura radical: a organização política dos oprimidos, capaz de unificar lutas antirracistas e anticapitalistas em um projeto emancipatório comum. Moura é categórico: a verdadeira libertação do povo negro e da classe trabalhadora só ocorrerá com a erradicação simultânea do racismo e da exploração econômica. Recorrer ao pensamento de Moura é, portanto, imprescindível não apenas para desvendar as raízes coloniais de nossas desigualdades, mas para guiar as lutas contemporâneas. Isso demanda transformações profundas – desde a descentralização do poder até a participação popular efetiva –, articuladas em uma estratégia que enfrente tanto a opressão racial quanto a lógica predatória do capital.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

